

Devedores formam grupo, mas não irão pressionar

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Nova Iorque — Brasil, México e Argentina constituíram ontem a nível ministerial um grupo de consultas, denominado G-3, onde os ministros da área econômica passam a se reunir a cada seis meses para trocar informações e encaminhar as negociações da dívida externa, de modo a garantir o crescimento interno e a estabilidade nos investimentos, de acordo com o comunicado conjunto assinado no Banco do Brasil, após mais de três horas de reunião.

“O objetivo do encontro não foi provocar nenhum impacto sobre o início da renegociação da dívida brasileira com os bancos credores, mas sim definir princípios básicos sobre os problemas gerais da economia, o comércio internacional e a dívida externa, para a qual buscamos uma solução de longo prazo” — resumiu o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser

Pereira, após a reunião com os ministros Juan Sourrouille, da Argentina, e Gustavo Petricoli, do México.

O comunicado assinado pelos três ministros diz que houve concordância quanto aos seguintes pontos, além da constituição do G-3 para reunir-se a cada semestre ou quando a situação exigir:

1) Os ajustes internos são insuficientes para resolver o problema da dívida externa, que tem repercussões sobre a taxa de investimentos, o déficit público e a estabilidade dos preços, exigindo exercícios de responsabilidade entre devedores e credores, inclusive porque as raízes do problema estão na economia internacional;

2) Para garantir uma taxa de investimento adequada é necessário limitar a transferência líquida de recursos ao exterior;

3) Para garantir a estabilidade dos investimentos é preciso encontrar mecanismos que permitam maior automaticidade nos acordos de refinanciamento

dos juros e nos desembolsos dos recursos acertados;

4) Para encontrar soluções de longo prazo para a dívida, compatível com a capacidade de pagamento de cada país, é necessário definir formas alternativas de financiamento mais adequadas em termos de taxas de juros e prazos;

5) Na fase atual, os desembolsos de novos empréstimos por parte dos organismos multilaterais devem superar os juros e amortizações recebidas dos países devedores;

6) As políticas destes organismos devem ser orientadas para o crescimento e incorporar um maior grau de flexibilidade;

7) A curto prazo deve concretizar-se o aumento de capital do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento;

8) Quanto ao comércio exterior, o pagamento do serviço da dívida não é compatível com o protecionismo dos países credores.